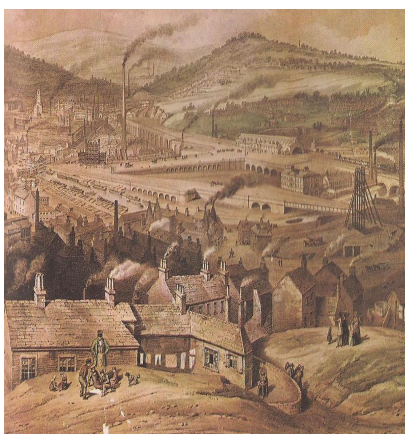


REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO ESPAÇO RURAL: FORJANDO MUTAÇÕES NAS RELAÇÕES URBANO – RURAIS

Ideni Terezinha Antonello



RESUMO:

O escopo desta reflexão é fazer uma interpretação do processo de reestruturação da base técnica produtiva da agricultura com o avanço tecnológico, na busca de apreender as transformações que atingiram a organização do trabalho e a sua conseqüente materialização na reorganização espacial rural que se cristaliza no processo de dilacerações e concatenação nas relações urbano-rurais, por conseguinte forjando mutações nas relações urbano-rurais.

PALAVRAS-CHAVE: reestruturação produtiva, trabalho, relações urbano-rurais.

ABSTRACT:

The objective of this reflection is to do an interpretation the process of restructuring of the productive technical base of the agriculture with the technological progress, in the search of apprehending the transformations reached the organization of the and her consequent materialization in the rural space reorganization that he crystallizes in the process of lacerations and concatenation in the urban-rural relationships, consequently forging mutations in the relationships urban - rural.

KEYWORDS: restructuring productive, work, relationships urban – rural.

INTRODUÇÃO

O intuito deste artigo é realizar uma reflexão sobre o processo de reestruturação da base técnica produtiva da agricultura com o avanço tecnológico, na busca de fazer aflorar as transformações que foram colocadas em marcha no processo organizativo do trabalho e sua conseqüente materialização na reorganização espacial rural que se cristaliza no processo de dilacerações e concatenação nas relações urbano-rurais, sendo assim, forjando mutações nas relações urbano-rurais.

Parte-se do pressuposto que para apreender o urbano e rural é necessário adentrar na produção e reprodução social do espaço. No sentido que é o processo social que fomenta a criação e destruição da configuração espacial, no qual os atores sociais rurais e urbanos encontram-se intrinsecamente interconectado no movimento constante de transformações socioeconômicas. O movimento de reconfiguração espacial desencadeado pela reestruturação da base técnica produtiva vincula-se aos avanços tecnológicos que não se limitam a um a outro setor produtivo.

Esses avanços acarretam uma reorganização do espaço marcada pela transitoriedade, pois a produção e a reprodução deste não se apresentam de forma acabada e fixa, mas envoltas na mobilidade do capital e na sua espacialização efêmera. Esse processo consubstancia-se como uma “paisagem irrequieta” (SOJA, 1993), uma vez que é fruto de uma organização espacial que sofre da efemeridade do tempo presente com a “compreensão tempo-espaço” (HARVEY, 1992). Destarte, a organização do espaço que é moldada no volver da atividade do homem, encontra-se em transformação mediante o processo de reestruturação produtiva sob o conhecimento científico e tecnológico, juntamente com a ascensão de uma nova organização produtiva do trabalho na indústria como nas atividades agropecuárias.

Conforme se impõe o novo sistema de acumulação do capital no agro pautado nesses avanços é possível visualizar um aprofundamento das desigualdades socioespaciais. Por conseguinte, o formato do novo padrão

organizativo do trabalho traz a marca da contraposição frente a práticas produtivas destituídas do padrão moderno de produção e do antigo padrão de produção implantado com a “revolução verde”, imprimindo, dessa forma, na organização do espaço, as suas matizes. Matizes que reluzem as contradições e tensões próprias da lógica do capital que traz na sua essência a desigualdade socioeconômica e espacial, logo as transformações socioespaciais provocadas nesse processo constituem-se o foco de análise deste trabalho, particularmente as oscilações provocadas nas relações urbano-rurais, tendo em vista que este abalo forja novos horizontes nas relações urbano-rurais.

O artigo encontra-se estruturado em dois tópicos centrais. No primeiro volta-se para a reflexão sobre as transformações socioespaciais desencadeadas pelo processo de reestruturação produtiva que impõem a lógica do capital e da tecnologia na base organizativa produtiva no espaço rural. Esta interpretação tem como linha analítica às transformações na forma que o trabalho se apresenta ao trabalhador rural e valer-se-á de aspectos tanto da realidade de um país de capitalismo periférico, o Brasil e um país de capitalismo avançado, a França. O intuito de se enfatizar realidades com especificidades próprias dos seus processos históricos é adentrar na relação estreita entre o movimento de reorganização espacial e a modernização das atividades agropecuária com reestruturação da base produtiva e, conseqüentemente as mutações socioespaciais urbano e rural, as quais despertam os pesquisadores no mundo para abarcar a direção ou o “futuro” das relações urbano-rurais com a mundialização do capital.

O segundo é destinado à análise da territorialização dessas transformações no espaço rural, no sentido de apreender como este movimento de mudança forjou e está forjando mutações nas relações urbano-rurais.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA – AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO ESPAÇO RURAL

Ao se debruçar sobre o processo de reestruturação produtiva, busca-se adentrar nas transformações na configuração do espaço colocadas em marcha pelo movimento de disseminação e/ ou intensificação o capital nas atividades agropecuárias, pois a passagem para um novo regime produtivo se faz acompanhada de mudanças importantes no processo organizativo do trabalho e nos modos de consumo, portanto nas relações sociais de produção. Assim, produzem uma reestruturação espacial da sociedade via uma redefinição da divisão territorial do trabalho e a criação de novos espaços de produção, consumo e lazer. Nesse sentido a reestruturação “[...] implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança” (SOJA, 1993, p.194).

Para a apreensão das transformações socioespaciais fomentadas pela reestruturação, direciona-se o foco da análise para o movimento combinado de desintegração e manutenção de relações de produção não especificamente capitalista, as quais são eliminadas ou não, conforme o papel que desempenham na reprodução do modo de produção capitalista, bem como das relações estritamente capitalistas – o assalariamento. Sobressai-se neste movimento a mutação do trabalho iniciado com a sedimentação de relações especificamente capitalista no espaço rural, o que gerou o “operário pronto”, expropriado do meio de produção – a terra e de seu trabalho, no momento que o seu trabalho passa a constituir-se força de trabalho, que será trocada por um salário.

Nesse ponto direciona-se o olhar para o pequeno produtor rural assentado na mão de obra familiar, tendo em vista que o mesmo foi atingindo diretamente pelo processo de “modernização dolorosa” da agricultura, que impõe e intensifica o trabalho alienado nas atividades agropecuárias. Uma vez que, o trabalho para o produtor rural apresentava-se como um processo vital social que tinha uma relação direta com a natureza possuía um conteúdo sensível de trabalho.

Trabalho como atividade existencial, isto é, aquele necessário para a continuidade da vida, que subentende a produção da vida material e, portanto o desenvolvimento dos meios de vida que possibilitam satisfazer as necessidades básicas como comer, beber, habitar, enfim, manter-se vivo. Nessa forma de trabalho, a terra não figura simplesmente como meio de produção, é nela e mediante ela que ele cristaliza o seu trabalho, o trabalho na sua forma concreta. Essa forma de trabalho pressupõe a interação do homem e este com a natureza, pois:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (MARX, 1964, p. 149).

A materialização das relações sociais de produção capitalista, no espaço rural, molda o novo trabalhador rural destituído do meio de produção - a terra e possuindo para sua reprodução a sua força de trabalho, portanto, ao mesmo tempo em que o assalariamento cunhava o “novo homem” da produção da monocultura, forjava o novo homem do trabalho agrícola e as novas bases produtivas da agropecuária, bem como se germinava as alterações nas relações urbano-rurais.

À medida que o modelo de desenvolvimento econômico, baseado na lógica do mercado internacional, desdobra-se no espaço rural, este é produzido e organizado visando à produtividade humana do trabalho alienado, a livre concorrência e a sedimentação do mercado mundial. O resultado é um processo dinâmico de produção e reprodução do espaço materializado no processo de expropriação e expulsão de uma grande parcela de produtores que não conseguiram inserir-se no modelo de desenvolvimento econômico, conformando um espaço em mutação, conseqüentemente promovendo a destruição da relação homem – terra (espaço rural) ao transmutar o homem – trabalhador agrícola em trabalhador genérico.

Cabe salientar que o modelo de desenvolvimento econômico pautado no padrão industrial dos países de capitalismo avançado, particularmente no modelo fordista espreado pelo mundo pós-segunda Guerra Mundial não ocorre da mesma forma nos países considerados periféricos na divisão internacional do trabalho, nos quais a internalização da indústria deu-se como sombra do fordismo central. Entrementes, um grupo de países periféricos começa a convulsionar o seu espaço socioeconômico, via defesa da industrialização, para realizar a passagem da especificidade produtiva agrária – exportadora, para a industrial.

Pode-se dizer que, no momento em que a industrialização dos países periféricos¹ apresenta-se como um molde do padrão central, este se ajusta à situação periférica dos mesmos. Tal fato redundando na configuração de um modelo de desenvolvimento que tem a lógica de um “fordismo periférico”,

[...] no sentido de que, primeiramente, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, as estações de trabalho e as produções correspondentes aos níveis da fabricação e, principalmente, a engenharia, permanecem em ampla medida exteriores a esses países. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica entre consumo da classe média moderna local com o acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens de consumo popular duráveis (LIPIETZ, 1988, p.97).

A penetração do “fordismo periférico” proporcionou aos periféricos, como o Brasil, internalizarem a industrialização, contudo, via transplante de tecnologias dos países do centro, as quais são transplantadas a partir de um processo desigual de modernização. Tal fato materializa-se em territorialização diferenciadas do capital no espaço interno e configura-se uma divisão territorial do trabalho interna que segue a lógica internacional, ou seja, o centro personifica-se como detentor do capital e da tecnologia e a periferia, do trabalho.

¹ Segundo Pochmann o processo, coordenado pelo capital central, proporciona ascensão destes países periféricos para a categoria de semiperiféricos, nas palavras do autor: “O surgimento desse bloco de países semiperiféricos se deu a partir da combinação do forte esforço das elites internas com a oportunidade de ter o espaço geográfico nacional transformado pela concorrência das grandes empresas transnacionais [...]. A periferização da indústria ocorreu, em grande medida, sob a liderança do Estado” (2001, p.24).

Nesse processo de constituição sócio-produtiva o espaço rural é transformado via a lógica imposta pela indústria sob o modelo de desenvolvimento do “fordismo periférico”, o qual passa a assumir a reorganização espacial rural orientada para atender as exigências de uma sociedade pautada no consumo de massa, criando uma cadeia alimentar padronizada, via a formação dos complexos agroindustriais (CAIS). Os CAIs passam a comandar o modelo de produção agrícola tanto a montante como a jusante. Por conseguinte, esse processo apresentou-se como um movimento de “apropriacionismo” industrial do processo de trabalho agrícola e a submissão da atividade agrícola a divisão internacional do trabalho.

A mundialização do capital materializada na integração dos mercados gera no âmbito local a prescrição de um modelo de produção e consumo oriundo dos Estados Unidos (fordismo), particularmente após a década de sessenta, no caso Brasil. No caso brasileiro esse processo de periferização da indústria pautado no fordismo vincula-se diretamente a imposição do pacote tecnológico imposto à agricultura denominada de “Revolução Verde”. Pois, a mesma ocorre “[...] através da difusão internacional das técnicas de pesquisa agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agrônômicas e de insumos industriais genéricos” (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990, p. 34).

Nesse sentido, a velocidade e a direção da reestruturação produtiva do agro passa a ser comandada pela dinâmica industrial em função da cristalização da indústria a montante e a jusante das atividades agropecuárias, a primeira voltada para fornecer os insumos modernos (máquinas, sementes e agroquímicos) a segunda com a função de transformação dos produtos agropecuários via a territorialização dos CAIs.

A partir da década de 1970 se efetua a passagem do “complexo rural” para os “complexos agroindustriais” (GRAZIANO, 1996) com a desintegração do antigo modelo de organização socioespacial para o padrão assentado na lógica do capital industrial e financeiro, porquanto a reestruturação do processo organizativo do trabalho das atividades agropecuárias brasileiras se vincula a inserção dos produtos nacionais no mercado internacional, estes

caracterizados, principalmente, por produtos alimentares industrializados e semi-industrializados e grãos. Nas palavras de Paula “As inovações tecnológicas se tornam produtos de uma estrutura industrial externa aquela atividade e crescentemente internacionalizada, a partir da qual são redefinidos os termos da competitividade do agronegócio nacional” (2005, p.30).

Nesse movimento de imposição da lógica industrial a organização do espaço rural começa a ganhar os contornos da lógica capitalista. Sobressaindo-se como marca dessa transformação a substituição da mão de obra humana pela mecânica. A força humana passa a ser subjugada às forças das mudanças na base técnica produtiva do trabalho agrícola com a materialização do trabalho morto, o maquinário. Sendo assim, a força mecânica entra em choque com o dia a dia de milhões de pessoas que foram lançadas na busca de novas alternativas de sobrevivência, tanto no espaço urbano, como no rural.

A reestruturação produtiva da agropecuária brasileira fomentada pela industrialização pautada no modelo “fordista periférico” traçou uma organização socioespacial rural comandada pela lógica do capital materializada no domínio do agronegócio². Por conseguinte, forjou mutações nas relações urbano-rurais, as quais são marcadas por dilacerações da relação do homem-produtor com o seu trabalho intrinsecamente envolto com a natureza – a terra, ao remetê-lo ao trabalho estranhado no espaço urbano ou rural, ao mesmo tempo, cria as possibilidades cada vez mais fortes de conectividade entre o urbano e o rural. É possível visualizar na análise de Martine pontos significativos das transformações processadas na agricultura brasileira:

Tanto a mudança na escala de produção trazida pelo novo pacote tecnológico, como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização, serviu para acentuar ainda mais a concentração da propriedade da terra, afetando também as relações

² Os pontos fundamentais que caracterizam o agronegócio são: grandes estabelecimentos agropecuários, presença de tecnologia na base produtiva, utilização mínima de trabalho humano. (Maiores detalhes ver GIRARDI; FERNANDES, 2005).

de produção no campo. Além da mecanização expulsar a mão-de-obra, o espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores também ficou reduzido [...]. Isto provocou um forte êxodo rural (de quase 30 milhões de pessoas entre 1960-80), além de crescente assalariamento da força de trabalho agrícola, muito da qual passou a residir nas cidades (1991, p.10).

Pode-se dizer que a grande “reviravolta” no espaço rural foi maquinada mediante o modelo de industrialização nacional, essa marcada pela acelerada e desorganizada urbanização, uma vez que 81,25 % da população nacional foi considerada urbana, em 2000.

No entanto, os avanços científicos e tecnológicos na área da microeletrônica, da informática e da revolução da biotecnologia (engenharia genética) desembocam na crise do padrão industrial fordiano, conseqüentemente, no modelo “fordista periférico” e que redundará em novas mudanças no agro. Uma vez que se configura um período de crise das tecnologias e do padrão produtivo e de acumulação fordista, o que provoca um processo de reestruturação com o surgimento de uma nova base organizativa do trabalho em todas as esferas produtivas.

Dessa forma, cabe colocar que as rachaduras no padrão de acumulação fordista iniciam-se concomitantemente à finalização dos projetos de recuperação da Europa e do Japão, nos últimos anos da década de 1960 (século XX). Tendo em vista que a concretização do padrão de industrialização americano nestes países, proporcionou que estes passassem a concorrer no mesmo patamar de produtividade do modelo mãe, isto é, estadunidense. O jogo de forças entre os países do centro desemboca na queda do Acordo de Bretton Woods e na conseqüente desvalorização do dólar.

O desmoronamento do sistema financeiro internacional baseado neste acordo, atinge diretamente o compromisso fordista de emprego e produção, pois a “mundialização financeira” (CHENAIS,1996), resultado do casamento da inovação financeira com a informatização do mercado, gera o aumento do volume de transações em curto prazo e a desregulamentação bancária. Tal fato, ao invés de enfraquecer o dólar, fortalece-o dando-lhe o predomínio no capital financeiro.

Essas transformações no sistema financeiro mundial impõem a reestruturação produtiva que atinge diretamente o sistema organizativo do trabalho devido à introdução de tecnologias de automação, as quais emergem primeiramente na base industrial e, posteriormente se espalhará em todas as esferas produtivas. O que representa o reverso do sistema fordista e o prelúdio de um novo sistema de reprodução do capital, que Harvey (1992) denomina de “acumulação flexível” ou pós-fordista (Rifkin, 1997). Harvey coloca que a mesma se constitui em:

[...] um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas (1992, p. 140).

Vislumbra-se, nas palavras de Harvey, a força titânica das transformações que brotam do sistema de acumulação flexível, que subverte a lógica fordista. As mudanças que se processam no padrão de desenvolvimento pautado no pós-fordista fomentam uma reorganização do espaço, contudo, trás consigo a mesma essência – a desigualdade. Esse molde traz o potencial da revolução microeletrônica que permite novas formas de automação e robótica.

Nesse contexto de transformações no modelo produtivo a flexibilização começa a fazer sentir sua força com intensidade no espaço rural, uma vez que a flexibilização da produção se cristaliza no processo produtivo agrícola gerando profundas mudanças na organização socioespacial rural. Tal conjectura ancora-se teoricamente na proposta de Mercure (1997) que distingue “[...] quatro formas de flexibilidade: técnica, funcional, financeira e numérica”. As quais são trabalhadas por Mudler e Laurent (2007) para compreensão das mudanças na agricultura francesa, os autores defendem que “Flexibilidade do Trabalho está no centro dos debates sobre as transformações da produção e do trabalho” (2007, p. 1).

Todavia, ressalta-se que as quatro formas de flexibilização defendidas Mercure (1997) não surgem junto com as transformações do modelo de produção contemporâneo, mas já eram utilizadas no antigo modelo, contudo o que se percebe é um aprofundamento das mesmas, na busca de estratégias de manutenção no atual modelo produtivo.

Assim, cabe traçar alguns pontos sobre as mesmas e sua ação inerente nas transformações socioespacial no rural. A “flexibilidade técnica” corresponde o avanço da ciência e da tecnologia na base produtiva rural, o qual se cristaliza: na biotecnologia, na engenharia genética e na tecnologia da informática. Esse avanço se materializa no “meio-técnico-científico-informacional” (SANTOS, SILVEIRA, 2001) no espaço rural. Assim, a fazenda torna-se cada vez mais a “fábrica-fazenda” com incorporação dessas inovações tecnológicas que se configura na “agricultura de precisão” e na “agricultura científica”.

No caso a “flexibilidade funcional” atrela-se a primeira, pois essa proporciona uma maior disponibilidade de tempo ao liberar o agricultor de determinadas funções do processo organizativo do trabalho interno ao estabelecimento agrícola, no entanto exige um novo perfil deste produtor, ou seja, o produtor polivalente. Tal fato subentende que o produtor irá assumir várias funções tanto internamente a propriedade com externamente, o que se traduz na agricultura em tempo parcial, bem como em um trabalhador parcial extra-estabelecimento. Esse fenômeno atinge diretamente a estrutura do trabalho familiar, pois membros ativos do grupo familiar buscam no mercado trabalho outras ocupações, particularmente, afetando um dos cônjuges. Por exemplo, no espaço rural francês 23,2% dos cônjuges trabalhavam externamente a agricultura em 1990, passando para 32% em 1995 (MUNDLER; LAURENT, 2007).

A “flexibilidade financeira” engloba toda a prática que visa à compensação entre o custo e o rendimento (lucro) da produção. Claro pode atingir todas as esferas da produção desde que seja necessário conforme se impõem às condições do mercado. Nesse sentido a “flexibilidade numérica” poderá se constituir em uma estratégia da “flexibilidade financeira” ao

contrabalançar o custo com mão de obra. Assim, como a flexibilização numérica se refere à possibilidade de disponibilizar da mão de obra em função da demanda da produção, entra em cena o contrato temporário de trabalho. Além da questão da liberação de membros ativos da família para atividades em tempo parcial.

É importante salientar que essas quatro formas de flexibilização não se excluem mutuamente, bem como, necessariamente não são colocadas em prática de forma simultânea, já que são mobilizadas logo que se apresentam as necessidades colocadas pela conjuntura, especialmente do mercado. Todavia, o que marca a opção de pôr em prática é a própria capacidade de reagir do produtor frente às condições materiais de existência.

Observa-se que a organização do espaço encontra-se em um movimento de reestruturação comandado pela lógica da nova acumulação do capital, a qual fomenta a necessidade do produtor em lançar mão de estratégias como as formas de flexibilização analisadas acima para se manterem com tais. Esse movimento de mudança pode ser arrasador, no momento em que coloca em ação a sua força destruidora, a qual atinge toda a dinâmica econômica, ou pode se desenrolar de forma parcial, configurando-se “[...] entre uma situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente” (SOJA, 1993, p.194).

Essas transformações atingiram de forma direta os espaços rurais, visíveis na alteração da estrutura de emprego, realizada mediante o deslocamento da demanda de trabalhadores de um setor para o outro. Este deslocamento é capturado com base na seguinte estatística: a atividade agrícola, que ocupava 21,7% da população ativa dos países da Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1960, sofre uma redução para 10,0%, na década de 80; fruto dos avanços tecnológicos que transferem, para o setor de serviço, grande parte da população ativa que passa, no mesmo período, de 43,0 % para 56,3% (HARVEY, 1992).

Assim sendo, a territorialização do capital no espaço rural redimensiona a estrutura do mercado de trabalho rural, pois a introdução tecnológica acopla-se ao caráter competitivo da agricultura, no sentido que

visa como um empreendimento capitalista o aumento da produtividade, conseqüentemente do lucro. A partir dessa lógica as transformações em andamento no espaço rural brasileiro se materializam de forma fragmentada e a convergência ciência e capital, apenas se realiza no momento em que o capitalista agrícola encontra as condições materiais e culturais para obter os frutos de tal união. Não obstante, a visibilidade dessa forma fragmentada traz na sua concretização territorial a essência do antigo padrão de modernização agrícola - a desigualdade, fomentando indubitavelmente o desenvolvimento geograficamente desigual do território nacional.

A estruturação de territorialidades diferenciadas e desigualmente desenvolvidas é a expressão material e espacial de unidades de produção operando à base de trabalho assalariado sob uma base avançada de composição orgânica do capital, constituindo-se no agronegócio. Por outro lado, a existência de unidades operando à base do trabalho familiar e com ajuda de trabalhadores contratados temporariamente (épocas de plantio e colheita) com baixo nível de tecnificação. Salienta-se que o universo da agricultura familiar não forma um todo homogêneo, e, sim existe os produtores com base na mão de obra familiar que conseguiram adentrar no padrão moderno de produção com a tecnificação do processo produtivo, o que proporciona a esses produtores utilizarem-se das formas de flexibilização com estratégia de reprodução como produtores agrícolas.

A contradição materializa-se por um lado na importância que assume a produção agrícola capitalista no país, cristalizada na seguinte estatística: “O agronegócio é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. Entre 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agropecuários foi de 4,67% ao ano. No ano passado, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US\$ 36 bilhões, com superávit de US\$ 25,8 bilhões”. (Disponível em: www.agricultura.gov.br. Acesso em: 19 Junho 2005).

De outro lado, o agronegócio mostra a sua faceta perversa ao se constatar que entre 1990-2002, ocorreu uma diminuição de 21,5% de postos de trabalho na agricultura nacional e o estudo acrescenta “[...] que pode

haver um decréscimo de até 60% na demanda total de mão-de-obra na agricultura se houver uma mecanização de todas as áreas produtoras das principais culturas” (GIRARDI; FERNADES, 2005, p.10).

A partir da reflexão acima, percebe-se que o modelo de produção flexível ou pós-fordista começa atuar na configuração do espaço rural, esse modelo carrega consigo novas alterações na organização socioespacial rural, por conseguinte nas relações urbano-rurais. Nesse contexto, o tópico seguinte volta-se à análise dos novos horizontes das relações urbano-rurais.

DAS TRANSFORMAÇÕES AS MUTAÇÕES FORJADAS NAS RELAÇÕES URBANO-RURAIS

Tendo em vista, a complexidade das transformações socioespaciais que se encontram em constante oscilação, o debate científico está envolto em uma miríade de interpretações que buscam compreender as condições reais que forjam as relações urbano-rurais na contemporaneidade, cada qual amparada em pressupostos teóricos e metodológicos próprios. Todavia, não será o escopo da reflexão deste trabalho abordar as diferentes perspectivas teóricas que envolvem o debate científico atualmente³.

Nesse sentido, destaca-se a tese que o espaço rural apresenta uma nova dinâmica socioeconômica da produção agropecuária, na qual a concepção de rural não se encontra mais acoplada à atividade estritamente agrícola, pois o avanço tecnológico presente nas atividades agrícolas fomenta o desenvolvimento de atividades não-agrícolas no campo, tal avanço tecnológico vincula-se a reestruturação produtiva.

Considera-se nessa perspectiva, os trabalhos de pesquisa realizados por Graziano da Silva⁴ (1999, GRAZIANO; DEL GROSSI; CAMPANHOLA,

³ Para uma análise destas perspectivas, ver Alentejano (2003). O autor ao trabalhar as relações campo-cidade no século XXI no Brasil defende que o rural mesmo com outro significado se faz presente na terra, assim a terra constitui-se na essência do rural.

⁴ Destaca-se que esta proposta vincula-se ao projeto de pesquisa denominado Rurbano, que envolve outros pesquisadores, para maiores detalhes ver: www.eco.unicamp.br.

2002) que defende que o processo de urbanização brasileiro se desloca para o espaço rural transformando-o. Essa transformação atrela-se a modernização da base técnica produtiva agrícola com os avanços tecnológicos. O autor avalia que o “o novo rural”⁵ emerge a partir da década de 80 no Brasil pautado em três grupos de atividades, a saber: uma agropecuária moderna baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias (formação e sedimentação dos CAIs); o desenvolvimento de um conjunto de ocupações não agrícolas – Orna’s, essas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços (jardinagem, pedreiro, caseiro, empregada doméstica, entre outras) e a expansão de um conjunto de atividades agropecuárias impulsionadas por nichos especiais de mercados (criação de rã, pássaros, avestruz entre outras, além de piscicultura, fruticultura, floricultura, horticulturas).

Essa postura considera que espaço rural nacional não pode ser visto e trabalhado simplesmente a partir das atividades agropecuárias e agroindustriais, mas pensá-lo no bojo das novas funções e novas ocupações que se fazem presente no mesmo. Conforme o autor o espaço rural é produzido e vivido por velhos e novos personagens, como os *neorurais*, ex-habitantes da cidade que passaram a residir nesse espaço.

Percebe-se que esse fenômeno tece relações urbano-rurais que irradiam uma mescla de relações sociais de produção e de visões de mundos urbano e rural. Essas entrelaçadas na concepção de um retorno nostálgico do contato direto com a natureza, o que espaço rural proporciona, contudo sem abandonar o modelo de vida urbano.

Nesta dinâmica está se trilhando um novo horizonte para as relações urbano-rurais, pois essas relações são mantidas por um conjunto de atores sociais heterogêneos como: o trabalhador, destituído do meio de produção – a terra, que pode atuar em atividades agropecuárias ou não agrícolas, o trabalhador que possui a propriedade da terra, no entanto busca uma atividade externa ao estabelecimento, o profissional liberal (com segunda

⁵ “Novo rural” é designação utilizada pelo autor para remeter-se à dinâmica rural atual.

residência) e tantos outros profissionais presentes no espaço rural desempenhando atividades não agrícolas.

Nesse contexto, estão sendo forjadas novas e mantida velhas relações urbano-rurais, já que as transformações nas relações sociais de produção estão intrinsecamente vinculadas ao movimento de mudança colocado em ação pelo desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade, diferenciando-se conforme a materialização desse desenvolvimento e das particularidades que reveste o processo histórico das diferentes sociedades.

Dessa forma, o processo de transformação da base técnica produtiva no espaço rural que atinge diretamente o mundo do trabalho se cristaliza nas formas de flexibilidade técnica e numérica, as quais começam a desenhar um novo quadro de atividades nesse espaço que corresponde ao fenômeno de crescimento de atividades não agrícolas, particularmente, ao se saber que essas atividades obtiveram uma ascensão de 5,90%, entre 1981 e 1990, no espaço rural brasileiro, enquanto as atividades essencialmente agrícolas cresceram 0,70% (DEL GROSSI; LAURENTI, 1999).

Observa-se que juntamente com a ascensão de novas funções no espaço rural emerge uma nova categoria de produtor agrícola, o produtor polivalente, que personifica a “flexibilidade funcional”. O produtor polivalente “[...] mantêm uma pequena exploração agrícola conjugada com uma atividade externa principalmente não agrícola, configurando a ‘pluriatividade’” (ANTONELLO, 2001, p. 91). A duplicidade de funções que o agricultor assume pode propiciar a conjugação de duas rendas, uma intra e outra extra agrícola, assim a soma de ambas permite a reprodução do grupo familiar rural e, principalmente, a sua manutenção no espaço rural. Kayser ressalta que: “A pluriatividade, resulta da lógica de inserção das famílias agrícolas no desenvolvimento contemporâneo, e permite a recomposição do jogo de estratégias familiares através da diversificação dos papéis profissionais” (1989, p. 101).

A partir das condições materiais que se impõem no espaço rural com a sedimentação da lógica do capital percebe-se que começa a se materializar a mercantilização desse espaço, conquanto sob as condições econômicas

dominantes, seja o trabalhador agrícola, seja o trabalhador não agrícola ou ainda o produtor polivalente, que residente no espaço rural, estão submetidos ao processo vital do dinheiro, como capital. A culminação de tal submissão é que a alienação do trabalhador não se revela apenas no seu produto, mas também no interior da atividade produtiva. Como esclarece Marx:

O produto constitui apenas resumo da atividade, da produção. Por conseguinte, se o produto do trabalho é a alienação, a produção em si tem de ser a alienação ativa – a alienação da atividade e a atividade da alienação. Na alienação do objeto do trabalho, resume-se apenas a alienação na própria atividade do trabalho (1988, p.162).

No entanto, esse aspecto se deriva da disseminação do trabalho sob a forma de trabalho abstrato, específico da sociedade moderna sob o modo de produção capitalista, edificada sobre o trabalho e com base na propriedade privada, uma vez que, “[...] só no derradeiro ponto de culminação do desenvolvimento da propriedade privada é que se revela o seu segredo, a saber, por um lado, que ela é o produto do trabalho alienado e, por outro, que ela é o meio através do qual o trabalho se aliena, a realização da alienação” (MARX, 1964, p.169).

Extraí-se dessa afirmação que a realização da alienação é assegurada pela propriedade privada, assentada em seu congênera, o sistema de salários⁶. É que o trabalho alienado só existe para que pudesse existir, por virtude do capital, a propriedade privada e a mesma existe para que existisse aquele. Assim, a introjeção da exteriorização do trabalho pelo homem fecunda-se no modo capitalista de produção, que planta e colhe os frutos do trabalho sob a forma de trabalho abstrato.

É exatamente a propriedade privada fundiária da terra que alicerça o poder sobre os indivíduos mediante a subsunção a divisão do trabalho, não obstante, a sedimentação das relações sociais de produção capitalista no espaço rural se expressa nas dinâmicas econômicas, sociais e política atual.

⁶ “No sistema de salários, o trabalho aparece, não como fim em si, mas como servo do salário” (MARX, 1988, p. 169).

A recomposição socioespacial rural pautada nas formas de flexibilização da produção agropecuária, concretizadas nas ocupações não agrícolas e nas novas funções que adquire o espaço rural, está fomentando as condições para se superar a clássica divisão do trabalho “[...] que converte uns em limitados animais urbanos e outros em limitados animais rurais”, assim como suplantando a reprodução da oposição entre os interessantes de ambos (MARX; ENGELS, 1993, p. 78).

Esse fenômeno atrela-se à reestruturação da base técnica produtiva que promove uma maior conectividade entre urbano-rural que representa para Kayser (1989) a perspectiva de um renascimento rural. Tal fato, encontra-se associado ao processo de repovoamento do rural vinculado à segunda residência, ou seja, o argumento do autor assenta-se no movimento populacional no sentido inverso ao provocado pelo processo de urbanização, uma vez que está ocorrendo um retorno populacional ao espaço rural via atividades não agrícola (descentralização industrial), local de moradia para aposentados e de lazer (turismo rural, ecológico), a realidade trabalhada para o autor é à francesa.

A tese Kayser (1989) sobre renascimento rural é corroborada mediante pesquisa realizada pela Délégation à l'aménagement du territoire et à l'action regionale (DATAR) que obteve a informação que em determinadas áreas do espaço rural francês (rural périurbain) a função residencial apresenta-se como dominante, nas quais a média de empregos agrícolas é 2%, enquanto que 40% da população trabalha em outros lugares e em outras atividades (DATAR, 2004). Cabe ressaltar que a investigação diagnosticou quatro funções no espaço rural, na França, a saber: a função recreativa/turística, a residencial, a de preservação da natureza e a produtiva⁷. Como afirmam Cerf e Lenoir em relação às transformações sofridas no espaço rural francês: “[...] as formas mais tradicionais que desaparecem sob o efeito do progresso

⁷ Tal realidade redonda na linha de desenvolvimento defendida pela Política Agrícola Comum – PAC, que se constitui no “desenvolvimento durável” abrangendo três dimensões: a econômica, a de pesquisa e a ecológica. Esta última volta-se para a conservação do meio ambiente natural e social /patrimônios culturais, que subentende a novo função do produtor rural de protetor do meio rural (natureza).

técnico e a desestruturação das zonas rurais tradicionais, com a profissionalização dos trabalhos agrícolas” (1987, p.97).

Essa realidade se traduz na tendência declinante no número de empregos agrícolas, por exemplo, na França a porcentagem de ocupações especificamente agropecuárias passou de 8,8%, em 1980, para 4,2% em 2000, enquanto que as atividades ligadas ao setor de prestação de serviços passaram de 58,08% para 73% no mesmo período (DOLLÉ, 2004). Ao se tomar à realidade paranaense, no Brasil, observa-se a similaridade no movimento de decréscimo das ocupações agropecuárias, ou seja, passa de 5,18%, em 2000, para 4,53% em 2003, enquanto que os setores de serviços e comércio abrangiam 68,47% das ocupações, em 2003. O estudo do IPARDES sobre o perfil das ocupações no estado do Paraná elucidada que “No que se refere à distribuição setorial da ocupação, verifica-se que mantendo tendência de décadas anteriores, a ocupação agrícola apresentou forte redução. Com eliminação de 334 mil postos de trabalho” (IPARDES, 2006, p.48).

Observa-se que à lógica das transformações socioespacial não é específica para os países de capitalismo avançado ou para os periféricos, mas o que a diferencia é a dinâmica e intensidade da sua cristalização no território, conquanto mantém a essência da desigualdade.

A situação da tendência do decréscimo no número de empregos agrícolas, se enquadra na categoria da forma de “flexibilidade numérica”, pois se constitui na possibilidade do agricultor ajustar a demanda da força de trabalho conforme as necessidades da produção e da tecnologia disponível. No caso do agricultor familiar vincula-se a disponibilidade da mão de obra do grupo familiar, para ser direcionada para a atividade externa ao estabelecimento, todavia o elemento da presença de mercado de trabalho no espaço rural que absorva esta mão de obra interfere nesta decisão.

Pode-se lançar mão de um exemplo da realidade do produtor rural brasileiro⁸, na qual tais estratégias pautadas na prática de formas de flexibilidade se fazem presentes na produção familiar, esse pressuposto está ancorado na pesquisa feita no espaço rural no patrimônio do Espírito Santo, no município Londrina/PR, sendo assim os dados obtidos nessa investigação de campo:

[...] comprovaram as recentes transformações ocorridas no perfil da ocupação das famílias, ou seja, onde tradicionalmente predominava a exploração exclusivamente agropecuária, já existem famílias pluriativas e representam 1/3 do total. Em termos de renda, as de origem não-agrícola representam uma terça parte da renda total dos domicílios, ficando patente a importância da pluriatividade nas famílias rurais (DORETTO; DEL GROSSI; LAURENTI, 2004, p.261).

O modelo de produção flexível começa a atuar na organização socioespacial rural, no entanto não se apresenta de forma acabada e fixa, mas faz parte da mobilidade efêmera do capital na busca da sua reprodução. Nesse contexto, considera-se que o processo de estruturação produtiva sob no modelo contemporâneo fomentará novas transformações na organização produtiva do trabalho no espaço rural, por conseguinte, forjando novas relações urbano-rurais.

A importância de se distinguir diferentes dinâmicas socioeconômica e territoriais encontra-se nas discussões em relação à atuação do poder Estatal, particularmente, tendo em vista as políticas públicas voltadas para o planejamento gestão do território. Portanto, é necessário o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura para se repensar o espaço rural. Como defende Mundler “Se a multifuncionalidade desperta tanto interesse, é porque ela oferece, para aqueles que esperam, a perspectiva de uma mudança radical sobre a agricultura, orientada por políticas públicas” (2007, p.1).

⁸ Salienta-se que existem várias pesquisas voltadas para esta discussão, conseqüentemente se poderia citar outros exemplos empíricos da realidade brasileira, contudo não é o foco do central do presente artigo.

A preocupação do autor é pensar o espaço rural em um contexto amplo que envolva todos os atores sociais. No sentido de não se limitar em ver as explorações rurais como unidades fechadas de produção agrícolas (monofunctionnel), mas que as políticas públicas voltem-se para a atual realidade dos produtores rurais na perspectiva do desenvolvimento de atividades como o turismo e a venda de produtos locais. Uma vez que Mundler (2007) argumenta que a multifuncionalidade carece ser entendida do ponto de vista das demandas sociais, essas direcionadas pelas práticas sociais que podem assumir um papel significativo no desenvolvimento rural. Por conseguinte, o autor afirma: “A partir deste ponto de vista, a multifuncionalidade é uma oportunidade para renovar as condições de diálogo entre os agricultores e outros usuários do espaço rural” (MUNDLER, 2007, p.5).

Percebe-se na interpretação de Mundler que as relações urbano-rurais adquirem novos significados ou são ressignificadas com a intensificação da interconexão entre essas relações processadas por diferentes atores sociais, tal fato não proporciona pensar o espaço urbano e rural como dicotômicos, e sim com uma unidade dialética. Não obstante é a partir da miríade de atores sociais que se fazem presente no espaço rural que surge a necessidade de um diálogo entre os agricultores e os demais atores sociais que produzem o espaço rural contemporâneo.

Sendo assim a função produtiva constituía-se na tradicional atividade econômica presente no espaço rural, entretanto a reestruturação produtiva que tem relação intrínseca entre as forças econômicas, políticas e culturais, fomenta as transformações territoriais e condiciona as relações sociais. Conquanto a dinâmica econômica alicerçada na atividade produtiva comandada pelo agronegócio tem uma força pujante no movimento de reorganização socioespacial rural, particularmente com a materialização do “meio técnico-científico-informacional”. Esse é produto do consórcio entre os avanços tecnológicos e o capital, o qual não se espraia igualmente sobre o território, no caso brasileiro se concretiza em cerca de 20% da área total

cultivada, 25% da produção de grãos e 43% do rebanho nacional. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 104).

A recomposição socioespacial rural proporcionou que um conjunto de trabalhadores que antes se dedicavam somente às atividades agrícolas, passasse a procurar, nas cidades e no próprio rural, uma fonte de renda para complementar seu orçamento. Nesse ponto sobressai-se a territorialização dos CAIs que promovem a tecnificação do território, pois:

Nas áreas onde hoje a produção agropecuária se dá com importante participação da ciência, da tecnologia e da informação, a paisagem bucólica muito frequentemente associada à vida no campo não é mais do que mera lembrança, pois o meio natural e o meio técnico vêm sendo rapidamente substituídos pelo “meio técnico-científico-informacional” (ELIAS, 2002, p.25).

A presença dos CAIs e a sua força de decomposição e recomposição das relações sociais de produção vincula-se ao processo de reestruturação produtiva agropecuária e da indústria, uma vez que esse processo conforme Elias e Pequeno (2005) difunde um novo modelo econômico de produção agropecuária, o qual eles denominam de “agricultura científica”. Nas palavras dos autores:

Dentre as características da *agricultura científica* está sua forte integração à economia urbana, desenvolvendo-se uma extensa gama de novas relações campo-cidade, diluindo em parte, a clássica dicotomia entre estes dois subespaços, construindo uma unidade dialética. As cidades próximas às áreas de realização da *agricultura científica* tornam-se responsáveis pelo suprimento de suas principais demandas, seja de mão-de-obra, de recurso financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc, aumentando a economia urbana e promovendo redefinições regionais (ELIAS;PEQUENO, 2005, p.15-16, grifo dos autores).

A territorialização dos CAIs gerou transformações socioespaciais que forjou mutações nas relações urbano-rurais, entretanto essas mudanças profundas foram processadas com base em uma modernização incompleta, que “[...] carrega o paradoxo uma completude-incompleta, uma vivência híbrida e contraditória em que o próprio ser é culturalmente híbrido e

aberto, com possibilidades, mas sem certeza de menores desigualdades” (MOREIRA, 2006, p. 3).

Nas mutações sofridas nas relações urbano-rurais sobressai-se um elo que une o homem rural e urbano, a saber a transmutação da relação direta do homem com o trabalho para o trabalho como “profissão”, ou seja, é estabelecido um sistema baseado na atividade do trabalho como fim em si mesma, isto é, o trabalho alienado. Assim como, a introdução da cultura urbana no rural e da rural no urbano, gera uma cultura híbrida, todavia sob o domínio da lógica do modo de produção capitalista que remete a todos a submissão a “prostituta universal, a universal alcoviteira dos homens e dos povos” – o dinheiro.⁹

PALAVRAS FINAIS

A expansão e sedimentação das relações sociais de produção pautadas na lógica do capital no espaço rural inseridos na divisão internacional do trabalho na posição de periférico e/ ou semiperiférico, como o Brasil, redundou no agravamento das desigualdades socioeconômicas, particularmente com as transformações processadas no mundo do trabalho com a reestruturação na base técnica do processo produtivo imposto pela lógica do capital industrial.

Portanto, o que restou para a maioria dos produtores rurais destituídos de terras e capitais foi o movimento em direção as “luzes da cidade”, que não brilharam de forma igual para todos, ao não proporcionar condições e oportunidades de participar do mercado de trabalho urbano. Pois, esse contingente expropriado da sua base de reprodução, na sua imensa maioria era formado por uma população desqualificada para as exigências do mercado de trabalho presente no espaço urbano. Por

⁹ Esta é a segunda propriedade do dinheiro enfatizada por Shakespeare, sendo que a primeira é que “ele é a divindade visível, a transformação de todas as qualidades humanas e naturais no seu oposto, a universal confusão e inversão das coisas; estabelece a fraternidade entre o que é incompatível” (MARX, 1964, p.184)

consequente, as mutações nas relações urbano-rurais ocorrem no primeiro momento com a dilaceração do homem com a terra, ou seja, do seu espaço produtivo e de vida para lançá-los ao espaço urbano, destarte transmuta-se de trabalhador agrícola para não agrícola, ao mesmo tempo forja novas concatenações entre o urbano e o rural.

A territorialização desigual do capital no espaço rural forja o novo e recria o velho, presente nas relações urbano-rurais, neste movimento se projeta uma perspectiva de mudança, contudo “sem certeza de menores desigualdades”. Nesse sentido,

O *velho* é recriado no *novo*, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. A continuidade se dá na não-mudança e na própria descontinuidade, que contém, em si, elementos do momento e da *totalidade* anteriores. Com isso, o *velho* não é suprimido, eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no *novo*. (SAQUET, 2007, p. 161, grifo do autor)

As transformações profundas vivenciadas na atualidade no mundo do trabalho em todas as esferas produtivas, calcadas na informatização, na biotecnologia, na engenharia genética, na robótica (automação), ou seja, nos avanços científicos e tecnológicos induzem a uma “sociedade globalizada” pelo mercado, comandada pela “mundialização do capital” na esfera financeira e produtiva. Assim, a reprodução do espaço envolta na mobilidade do capital e na sua territorialização efêmera lança a sociedade na inconstância diária da sua reprodução, especificamente para os trabalhadores.

Dentro do que a contemporaneidade oferece, torna-se difícil finalizar uma análise, particularmente, sobre as relações urbano-rurais moldadas no volver da atividade humana. Uma vez que como coloca Soja, “O resultado ainda está em aberto, ainda não se aplicou rigidamente uma nova tintura sobre a paisagem irrequieta” (1993, p.222).

A contraposição entre o *velho* e *novo* no movimento de mutações e de superações permite captar um aprofundamento das desigualdades no “globo”, mantendo na, essência, a mesma divisão do trabalho entre os países do centro e os da periferia capitalista, por conseguinte o mesmo

desenvolvimento geograficamente desigual. Essa situação se materializa no espaço rural com avanço de modelo de produção alicerçado na ciência, contudo ainda se encontra em aberto a intensidade das futuras mudanças que irão marcar as relações urbano-rurais substantivada na reorganização socioespacial.

Texto recebido em junho de 2009.
Aprovado para publicação em julho de 2009.

SOBRE A AUTORA:

Ideni Terezinha Antonello é Professora Adjunta do Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina- Paraná-Brasil. Fone: (43) 33714246. E-mail antoenllo@uel.br

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, I.T. **A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato**. Aracaju/ SE:NPGeo /UFS, 2001.

_____. “Espacialização do capital no espaço norte paranaense”. In: **14º Encontro Nacional de Geógrafos**. 44ª Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Rio Branco/Acre: AGB, 2006. p.1-12. CD ROM.

ALENTEJANO, P. “As relações cidade-campo no Brasil do século XXI”. **Terra Livre**, São Paulo, v.2, n.21, p.25-39, jul/dez., 2003.

BALSADI,O.V; DEL GROSSI, M.E; GRAZIANO, J.S. **O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário**. Disponível em: www.eco.unicamp.br/projetos. Acesso em: 20 novembro 2000.

CERF, M; LENOIR, D. **Le développement Agricole en France**. Que sais-je? Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

CHENAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DATAR – Délégation à l'aménagement du territoire et à l'action regionale. Une nouvelle politique pour le monde rural. **Dossier**. Disponível em: www.datar.gouv.fr. Acesso em 24 fevereiro 2004.

DEL GROSSI, M. E; LAURENTI, A. **A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não agrícolas nas áreas rurais do Brasil**. Disponível em: www.eco.unicamp.br/projetos. Acesso em 28 novembro 1999.

DOLLÉ, Michel (org.) et al. **La longue route vers l'euro**. Disponível: www.ladocumentation.francaise.fr . Acesso em 22 fevereiro 2004.

DORETTO, M.; DEL GROSSI, M. E; LAURENTI, A. C. “Rendas agrícolas e não-agrícolas das famílias rurais: estudo de caso com pesquisa quantitativa de campo no Patrimônio Espírito Santo, município de Londrina, PR”. In: CAMPANHOLA, C; GRAZIANO, J. da Silva (Editores técnicos). **O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais**. Brasília: EMBRAPA, vol. 6, cap. 9, 2004, p. 205-262.

ELIAS, D. “Globalização e agricultura no Brasil”. **GEO UERJ Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, Rio de Janeiro, n.12, p. 23-32, 2º semestre de 2002.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. “Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades sócioespaciais”. **Terra Livre**, Goiânia, Ano 21, v.2, n.25, p.13 – 33, jul-dez., 2005.

GIRARDI, E.P; FERNANDES, B.M. **Territorialização da produção da soja no Brasil**. Disponível em: www.2prudente.unesp.br . Acesso em 31 outubro 2005.

GOODMAN,D; SORJ, B; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias. Agricultura e Indústria no Sistema Internacional**. São Paulo: Ed. Campus, 1990.

GRAZIANO, J da Silva. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: ZAHAR Ed., 1982.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP,1996.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E. **A evolução das rendas e atividades rurais não-agrícolas no Brasil**. Disponível em:

<http://www.eco.unicamp.br/projetos/evolucaorendas.html>. Acesso em 28 novembro 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E. **A distribuição da população rural brasileira economicamente ativa**. Disponível em:

<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurban25.html>. Acesso em 28 novembro, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E; CAMPANHOLA, C. “O que há de realmente novo no rural brasileiro”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n°. 1, p. 37-67, jan./abr. 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IPARDES. **Paraná – Diagnóstico social e econômico**. Disponível em www.ipardes.gov.br . Acesso em 30 maio 2006.

JAMENSON, F. **A cultura do dinheiro. Ensaios sobre a globalização**. Petrópolis/RJ: Vozes,2001.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel,1988.

KAYSER, B. **La renaissance rurale**. Paris: Armand Colin, 1989.

KURZ, Robdert. **O colapso da modernização**. Da derrocada do socialismo de caserna á crise da economia mundial. 3ªed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 3ªed., São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Manuscritos económicos – filosóficos de 1844**. Lisboa: Edições 70, 1964.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. (I – Feuerbach). 9ª. Edição, São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARTINE, G. “A trajetória da modernização agrícola: A quem beneficia?” **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, São Paulo: CEDEC/MARCO ZERO, n° 23, p. 07-37,1991.

MENDRAS, H. **La fin des paysans**. Suivi d’une réflexion sur la fin des paysans vinga ns après. Paris: BABEL,1992.

MERCURE, Daniel. “Les formes de la flexibilité”. **Sciences Humaines**, Paris, n°. 78, p. 32-35, décembre 1997.

MUNDLER, P.; LAURENT, C. “Flexibilité du travail en agriculture: méthodes d’observation et évolutions en cours”. Disponível em: www.ruralia.revues.org.fr. Acesso em 07 julho 2007.

MOREIRA, J. R. Configurações de poderes urbanos-rurais: Fragmentos de discursos e práticas. IN: **XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2006, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. p.1-23. CD ROM.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo editorial, 2001.

RIFKIN, J. **La fin du travail**. Paris: La Découverte, 1997.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

_____. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: **ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA-EGAL**, 2005, SP. Anais. São Paulo: USP, 2005. p. 13882-13894. CD ROM.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOJA, E.W. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Editor, 1993.